



Padrão (*template*) para submissão de trabalhos ao XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação:

Título: A perspectiva docente sobre o Ensino e a Pesquisa em Relações Públicas – a dimensão dos Projetos Experimentais, Trabalhos de Conclusão de Curso e Monografias¹

Autores: Professores Dra. Sonia Aparecida Cabestré e Ms. Pedro Polesel Filho –
Universidade do Sagrado Coração – Bauru/SP²

Resumo

Trata-se de um estudo teórico-prático abordando a dimensão dos Projetos Experimentais, Trabalhos de Conclusão de Curso e Monografias, sob a perspectiva docente. Dessa maneira, desenvolveu-se uma pesquisa junto a um grupo de professores com destacada atuação nos Cursos de Relações Públicas que têm tradição em ensino e pesquisa e efetuou-se levantamento de informações na literatura sobre a trajetória do ensino em Relações Públicas, legislação e artigos referentes ao tema. Elaborou-se um roteiro contendo vinte e três questões com o objetivo de caracterizar os informantes no cotidiano da sua prática acadêmica, bem como levantar informações sobre o processo de orientação dos trabalhos de pesquisa desenvolvidos ao final do curso. Os resultados destacam que a maioria dos participantes exerce a atividade de docência nas universidades/faculdades das regiões Sudeste e Sul e demonstram que a prática de orientação dos trabalhos de pesquisa na graduação, ao final dos cursos, tem características semelhantes, independente do termo utilizado na sua designação.

Palavras-Chave

Relações Públicas; Ensino; Pesquisa; Monografia; Projetos Experimentais

Introdução

Levando-se em conta que os autores trabalham com o ensino e pesquisa no Curso de Relações Públicas e, considerando a necessidade de otimizar a prática de orientação dos trabalhos de pesquisa desenvolvidos pelos acadêmicos no final do curso, *definiu-se como objetivo principal deste estudo efetuar um levantamento de informações junto a um grupo de docentes, com formação na área e destacada atuação nos cursos de Relações Públicas. Procurou-se, nesse sentido, por intermédio da elaboração de vinte e três questões apresentadas no instrumento de pesquisa,*

¹ Trabalho apresentado ao NP 05 - Relações Públicas e Comunicação Organizacional, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

² Sonia Aparecida Cabestré é Relações Públicas formada pela Fundação Educacional de Bauru, Mestre e Doutora em Educação – Ensino na Educação Brasileira pela UNESP/Marília. Docente das disciplinas Planejamento em Relações Públicas I e II, Teoria e Pesquisa de Opinião Pública I e II e Métodos e Técnicas da Pesquisa em Comunicação Social I e II no Curso de Comunicação Social – Habilitação em Relações Públicas da Universidade do Sagrado Coração. Integra também o corpo docente do Curso de Especialização em Gestão Estratégica de Marketing, na referida universidade. (scabestre@uol.com.br). Pedro Polesel Filho é Relações Públicas formado pela UNESP/Bauru, Mestre em Comunicação Midiática pela UNESP/Bauru. Docente das disciplinas Estratégias de Comunicação Política, Teoria da Comunicação e Comunicação Comparada, nos Cursos de Relações Públicas e Publicidade e Propaganda, da Universidade do Sagrado Coração(pfilho@usc.br).



caracterizar os informantes no cotidiano da sua prática acadêmica, bem como levantar informações sobre o processo de orientação dos trabalhos de pesquisa desenvolvidos ao final do curso.

No processo de coleta de informações priorizou-se encaminhar, via e-mail, o instrumento de pesquisa aos professores das Universidades/Faculdades que têm tradição nessa prática e que têm participado, nos últimos cinco anos, das discussões do Núcleo de Pesquisa Relações Públicas e Comunicação Organizacional, por ocasião dos congressos da INTERCOM (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação).

Buscou-se, também, para fundamentar o estudo realizado, a identificação, seleção e análise de textos, disponíveis na literatura, em periódicos e na Internet, o que possibilitou elaborar os principais conceitos e aspectos que têm íntima relação com a temática estudada. Dessa maneira, tendo como norteadores os objetivos e os pressupostos pertinentes, expõe-se, a seguir, uma breve trajetória do ensino de Relações Públicas no Brasil, com ênfase nas resoluções e normatizações estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases, que definiram o perfil e competência dessa habilitação. Destaca-se, também, os principais aspectos que têm relação direta com a produção final dos acadêmicos, desenvolvida como requisito para a conclusão do curso. Após essa fundamentação, apresentam-se os principais resultados obtidos com a pesquisa.

I- Fundamentando a temática estudada

Contextualizando o ensino de Relações Públicas

Estudiosos da área, desde longa data, já vêm direcionando seus estudos para essa temática: as questões relativas ao ensino de Relações Públicas foram objetos de estudo dos pesquisadores Margarida Kunsch, Cláudia Moura, Fábio França e Maria Aparecida Ferrari.

Das pesquisas desenvolvidas abordando essa temática, a pesquisadora Moura (2000, p.5) ressalta o seguinte: “a legislação que normatizou a área da Comunicação Social com relação aos currículos implantados foi composta por Pareceres do CFE e por Resoluções do MEC”, conforme o Quadro 1, elaborado pela pesquisadora:



PARECERES DO CFE	RESOLUÇÕES DO MEC
Parecer nº 323/62, de 16 de novembro de 1962	-
Parecer nº 984/65, de 19 de abril de 1966	-
Parecer nº 631/69, de 02 de setembro de 1969	Resolução nº 11/69, de 06 de agosto de 1969
Parecer nº 1203/77, de 5 de maio de 1977	Resolução nº 03/78, de 12 de abril de 1978
Parecer nº 02/78, de 30 de janeiro de 1978	Resolução nº 01/79, de 08 de janeiro de 1979
Parecer nº 480/83, de 6 de outubro de 1983	Resolução nº 02/84, de 24 de janeiro de 1984

Quadro 1: Pareceres do CEF e Resoluções do MEC (Fonte: MOURA, 2000, p.1)

Já Kunsch (2003, p.47) assim se posiciona “o desenvolvimento do ensino superior de Relações Públicas no país já foi submetido a quatro reformas curriculares, regidas por pareceres e resoluções do Ministério de Educação para o curso de Comunicação Social... a criação de novos cursos vai ocorrer a partir do início da década de 1970”.

Complementando, Moura (2000, p.5) destaca:

Em 1980, o CFE criou uma Comissão Especial para Estudo do Currículo do Curso de Comunicação Social para reelaborar o currículo, sendo constituída por professores, empresários, representantes de entidades de classe e estudantes. Isto dificultou a aceitação da Resolução nº 03/78 pelas escolas, pois já era público que um novo currículo iria ser implantado em breve, o que ocorreu em 1984. A Resolução nº 02/84 fixou o currículo mínimo para a formação de profissionais nas habilitações de Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, Produção Editorial, Radialismo (Rádio e TV), Cinema. Confere o grau de Bacharel em Comunicação Social com a indicação da respectiva habilitação do graduado. A Resolução estabeleceu exigências de infra-estrutura para o funcionamento do curso, havendo referência ao Parecer para as instalações, laboratórios e equipamentos adequados à formação profissional nas diferentes áreas.

É conveniente lembrar que o extenso estudo desenvolvido pela pesquisadora contribuiu significativamente para o ensino e pesquisa em Relações Públicas. Outras entidades também colaboraram para o avanço das discussões pertinentes ao ensino da área de Relações Públicas, destacando-se a INTERCOM que, por intermédio dos seus congressos anuais, criou grupos específicos por habilitação (núcleos de pesquisa), com



objetivos de aprofundar as questões emergentes que se referem ao ensino, pesquisa e mercado de trabalho.

Para Kunsch (1993, p. 57)

a INTERCOM, desde quando foi fundada, em 12 de dezembro de 1977, tem exercido importante papel no processo de desenvolvimento da pesquisa em comunicação no Brasil. A mesma autora afirma que a contribuição da entidade, fundamentalmente, diz respeito à socialização do conhecimento, mediante uma vasta documentação gerada pelos diversos eventos científicos levados a efeito com o objetivo de debater temas atuais e emergenciais, bem como pelo trabalho de cooperação nacional e internacional.

Atualmente, segundo Brandão (2001, p.50),

a abertura da profissão para segmentos novos que estão atraindo os jovens estudantes de comunicação se baseia no fato de o mercado ter se tornado extremamente competitivo, obrigando as empresas a aumentar e a diversificar suas estratégias de inserção no mercado, de manutenção da imagem e de desempenho do produto.

No que concerne ao panorama brasileiro do ensino em Relações Públicas, de acordo com França et al (2003, p.45),

Até hoje, os gestores dos cursos de Relações Públicas não contam com um conjunto de dados nacionais que permitam identificar a qualidade do ensino ministrado no país. A bibliografia existente não identifica informações sobre a existência ou não de eixos temáticos que orientem a condução dos cursos e a inserção dos egressos no mercado de trabalho e ainda é, para nós, desconhecida a percepção que o mercado tem sobre a atividade e o que se espera dos profissionais titulados.

Nesse estudo, os pesquisadores também destacam que, dos 72 (setenta e dois) cursos de Relações Públicas existentes no Brasil, 80% pertencem à iniciativa privada.

Já, no âmbito da pesquisa, é referência no meio acadêmico um amplo estudo desenvolvido pela pesquisadora Kunsch, que afirma:

o conjunto da produção científica analisado, compreendendo as dissertações de mestrado e as teses de doutorado e livre-docência, apresenta essencialmente dois aspectos determinantes. O primeiro diz respeito a um estudo genérico das Relações Públicas e da Comunicação Organizacional nas suas mais diversas abrangências e aplicações. O segundo denota o valor dado aos processos comunicacionais midiáticos.(disponível em www.eca.usp.br/alaic/boletim1/kunsch)

De acordo com a pesquisadora, nos trabalhos produzidos,



Nota-se, em geral, uma forte tendência em buscar conceitos explicativos para uma eficácia da comunicação aplicada às mais diferentes organizações.... Entre os temas predominantes, podem ser elencados como os dez primeiros: Relações públicas nas empresas, organizações: conceitos e práticas; Comunicação empresarial/organizacional: conceitos e aplicações; Relações públicas governamentais/comunicação governamental; Jornalismo empresarial; Comunicação institucional/imagem institucional; Relações públicas/comunicação com os consumidores; Comunicação interna e processos midiáticos internos (publicações e vídeos); Comunicação e qualidade total nas organizações; Assessoria de imprensa e relações com as fontes; Relações públicas comunitárias, hospitalares, no meio rural etc. (disponível em www.eca.usp.br/alaic/boletim1/kunsch)

Kunsch, em seu estudo, pode levantar informações importantes para a área. Para ela é possível “notar a abrangência e a diversidade temática presentes tanto no campo das Relações Públicas quanto no da Comunicação Organizacional”... complementa ainda que “o número de dissertações em Relações Públicas é muito maior do que em Comunicação Organizacional: isto começa a se modificar a partir da década de 1990, quando há um aumento significativo de produções de dissertações em relação às décadas de 1970 e 1980”.

A pesquisadora Margarida Maria Krohling Kunsch, além desse estudo, que está disponibilizado no site referenciado e em outros documentos, desenvolveu outros de interesse da área, além de ter contribuído com o ensino e a literatura específica de Relações Públicas, organizando e publicando obras que são referência. Outros pesquisadores também deram sua contribuição, sendo pioneiro na área o Prof. Dr. Cândido Teobaldo de Souza Andrade.

Ainda no que concerne às questões do ensino na área, cabe destacar as conclusões do Parlamento Nacional de Relações Públicas, “que foi o esforço realizado pela categoria sob o comando do seu Conselho Federal, com o intuito de modernizar a atividade adequando-a às exigências dos novos tempos”.
(www.abrpsaopaulo.com.br/guiabrasileiro/legislacao/federal/parlamentonacional.htm)



Depois de um processo de profundas discussões da categoria, conforme consta no site referenciado, foi elaborado um documento e encaminhado às Universidades que possuem Cursos de Relações Públicas para que os docentes opinassem sobre as proposições apresentadas. Destacam-se os seguintes aspectos constantes do documento:

- Regulamentação da profissão: A profissão deve continuar sob a regulamentação de Lei, com a revisão necessária. A nova redação da lei deve privilegiar o caráter gerencial da profissão por ser esse seu traço mais relevante e a maior contribuição que pode oferecer em termos de obtenção de resultados.
- Registro profissional: Sendo a decisão da categoria a manutenção da regulamentação, situações como as apresentadas pela Associação Internacional de Relações Públicas – IPRA, que aceita como associados no Brasil pessoas sem habilitação legal, ou das Forças Armadas, e ainda do funcionalismo público que realizam atividades de Relações Públicas por intermédio de pessoas não registradas, continuam não encontrando amparo legal, sendo obrigação dos CONRERPs exigir o acatamento da Lei e manter sua atividade fiscalizadora com vigor.
- Campo conceitual

1. Funções e Atividades Específicas

1.1 Nova Conceituação

Os profissionais de Relações Públicas do Brasil consideram que sua contribuição à sociedade dar-se-á no desenvolvimento de ações cujo escopo profissional precípuo detalham a seguir:

São Funções das Relações Públicas:

- a) diagnosticar o relacionamento das entidades com seus públicos;
- b) prognosticar a evolução da reação dos públicos diante das ações das entidades;
- c) propor políticas e estratégias que atendem às necessidades de relacionamento das entidades com seus públicos;
- d) implementar programas e instrumentos que asseguram a interação das entidades com seus públicos.

1.2 São atividades Específicas de Relações Públicas realizar:

- .diagnósticos e auditorias de opinião e imagem;
- .pesquisas de opinião e imagem;
- .planejamento estratégico de comunicação institucional;
- .programas que caracterizem a comunicação estratégica para a criação e manutenção do relacionamento das instituições com seus públicos de interesse;



.ensino de disciplinas de teorias e técnicas de Relações Públicas;

.acompanhamento e avaliações das ações acima descritas.

(<http://www.abrpsaopaulo.com.br/guiabrasileiro/legislacao/federal/parlamentonacional.htm>).

Levando-se em conta o conteúdo desse documento, é importante considerar que, no atual contexto, ao acadêmico de Relações Públicas devem ser dadas as condições adequadas para atuar de forma que as funções específicas da área sejam evidenciadas e valorizadas. Dessa maneira, com a implantação da Nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9394/96, os Cursos de Comunicação Social, com suas habilitações, tiveram que adotar os pressupostos norteadores da nova legislação.

Segundo Kunsch (2003, p.52) “a orientação básica da nova Lei de Diretrizes e Bases, no capítulo IV (Da Educação Superior) é que se acentue o curso como coluna dorsal das instituições de ensino. Ao fazer isso, abandona-se a tradicional estrutura em que a maioria das escolas de Comunicação Social do País se haviam estabelecido, segmentando as habilitações em cursos por departamentos setorializados e muitas estantes...”.

A nova LDB possibilitou flexibilizar o funcionamento do ensino superior no país. Dessa maneira, levando-se em conta as especificidades da área, uma Comissão de Especialistas de Comunicação elaborou as diretrizes curriculares para as Relações Públicas, cujos principais aspectos são apresentados na seqüência, com destaque para o perfil, competências e habilidades da profissão.

Relações Públicas e Diretrizes Curriculares

Com base nas determinações da Lei de Diretrizes e Bases foi estruturada uma Comissão de Especialistas de Comunicação encarregada de elaborar as Diretrizes Curriculares para a Área da Comunicação e suas habilitações (Jornalismo, Relações Públicas, Editoração, Radialismo, Cinema, Publicidade e Propaganda). Os participantes da comissão procuraram ouvir os diferentes segmentos da área. Inicialmente por meio de edital, foram convidados a expor suas perspectivas e enviar propostas às instituições universitárias e às entidades associativas de escolas, professores, pesquisadores, estudantes e profissionais.

Após esse processo, com base no material enviado, foi realizado um seminário em Brasília entre o CEE-COM e representantes de entidades (Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação - COMPÓS; Conselho Federal de



Relações Públicas - CONFERP; Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação - ENECOS; Federação Nacional dos Jornalistas - FENAJ; Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - INTERCOM; Associação Paulista dos Bacharéis em Relações Públicas - APBRP; e União Cristã Brasileira de Comunicação Social - UCBC). Neste seminário foi elaborado um texto provisório, que foi disseminado, via Internet, para efeito de apresentação de críticas, comentários e novas proposições. Nesta fase, além de manifestações das mesmas entidades, o processo foi novamente aberto para escolas e professores, pesquisadores, profissionais e estudantes que individualmente quisessem trazer suas contribuições.

Kunsch (2003) destaca em seu texto que, em 3 de abril de 2001, por intermédio do Parecer CNE/CES 492/2001, o Conselho Nacional de Educação e a Câmara de Ensino Superior aprovaram, com alterações, as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Comunicação Social. Como resultado desse processo, os especialistas definiram o perfil do egresso em Relações Públicas, bem como as competências e habilidades, conforme consta nas diretrizes e descrito a seguir:

O perfil do egresso em Relações Públicas caracteriza-se:

1. pela administração do relacionamento das organizações com seus diversos públicos, tanto externos como internos, através de estratégias de comunicação;
2. pela elaboração de diagnósticos, prognósticos, estratégias e políticas voltadas para o aperfeiçoamento das relações entre instituições, grupos humanos organizados, setores de atividades públicas ou privadas, e a sociedade em geral;
3. pelo trabalho na implantação de programas e instrumentos que assegurem esta interação, acompanhando, avaliando e aperfeiçoando os processos e produtos pertinentes com base nos resultados obtidos;
4. pelo trabalho junto à instituições públicas ou privadas que incluam atividades caracterizadas em termos das estratégias de comunicação segundo as quais aquelas instituições possam desenvolver interações com os interlocutores pertinentes;
5. pelo exercício de interlocução entre as funções típicas de relações públicas e as demais funções profissionais ou empresariais existentes na área da Comunicação, e ainda com outras áreas sociais, culturais e econômicas com as quais as relações públicas exerçam interface;



6. pelo exercício de todas as demais atividades que, no estado então vigente da profissão, sejam reconhecidas pelo bom senso, pelas entidades representativas ou pela legislação pertinente, como características do profissional de Relações Públicas.

Já as *competências e habilidades* referem-se a:

- desenvolver pesquisas e auditorias de opinião e imagem;
- realizar diagnósticos com base em pesquisas e auditorias de opinião e imagem;
- elaborar planejamentos estratégicos de comunicação institucional;
- fazer pesquisas de cenário institucional;
- estabelecer programas que caracterizem a comunicação estratégica para criação e manutenção do relacionamento das instituições com seus públicos de interesse;
- planejar, coordenar e executar programas de interesse comunitário, de informação para a opinião pública, de comunicação dirigida, de utilização de tecnologias de informação aplicadas à opinião pública, e de esclarecimento de grupos, autoridades e opinião pública sobre os interesses das instituições abordadas em seu trabalho;
- coordenar o desenvolvimento de materiais de comunicação, em diferentes meios e suportes, voltados para a realização dos objetivos estratégicos do exercício da função de Relações Públicas;
- dominar as linguagens verbais e audiovisuais para seu uso efetivo a serviço dos programas de comunicação que desenvolve;
- acompanhar os desenvolvimentos de programas e avaliar os resultados obtidos na administração dos processos de relacionamento das entidades com seus públicos;
- identificar a responsabilidade social da profissão, mantendo os compromissos éticos estabelecidos;
- assimilar criticamente conceitos que permitam a compreensão das práticas e teorias referentes às estratégias e processos de Relações Públicas, repercutindo-os sobre sua prática profissional;
- ter as demais competências e habilidades que caracterizam o trabalho nas circunstâncias em que o profissional de Relações Públicas é normalmente inserido.



Pelos aspectos elencados, nota-se a amplitude dada às funções e possibilidades de atuação do profissional de Relações Públicas. Entretanto, cabe aos gestores dos cursos, por intermédio do corpo docente e de ações de aproximação com as organizações atuantes nas diferentes regiões do país, desenvolver e estabelecer parcerias para a realização de pesquisas que possibilitem ao acadêmico refletir e contribuir com a sociedade.

Com base na exposto e, considerando que o foco central deste estudo está voltado para o levantamento de informações referentes ao trabalho de pesquisa desenvolvido pelos acadêmicos de Relações Públicas no final do curso, a seguir abordam-se os pressupostos que têm relação direta com essa prática.

Projetos Experimentais

Para a conclusão do Curso de Comunicação Social, os alunos necessitam desenvolver um trabalho de final de curso. De acordo com a antiga Resolução 02/84, os Projetos Experimentais envolvem tanto a produção de monografia quanto de mídia, em laboratórios da própria faculdade. Para a habilitação em Relações Públicas, o termo ficou muito amplo, o que contribuiu para que cada curso determinasse um enfoque diferente, mesmo que sob a mesma denominação.

Levando-se em conta esses aspectos, destaca-se a seguir a especificação constante da legislação mencionada:

Os Projetos Experimentais compreenderão a produção, no último semestre do curso, de trabalho relacionado com a habilitação específica, em forma de monografia, fita gravada de som e imagem ou de som, filme cinematográfico sonoro, publicação impressa, campanha publicitária, plano de editoração, ou planejamento de programas de Relações Públicas – sempre realizados nos laboratórios da própria escola (FREITAS, 1997, p.35).

Dessa maneira, os alunos de Relações Públicas podem escrever uma monografia, por vezes também chamada de Trabalho de Conclusão de Curso, ou realizar um planejamento de programas de Relações Públicas.

Ao realizar uma monografia, o aluno faz um estudo em profundidade de determinado tema, para contribuir de maneira original ou relevante à pesquisa científica. Enquanto que, na elaboração e execução de um planejamento de programas de Relações Públicas, o acadêmico precisa avaliar o relacionamento da organização escolhida com seus públicos, bem como levantar informações que possibilitem o desenvolvimento de estratégias de comunicação de curto, médio e longo prazos, que não podem ser



realizadas nos laboratórios da própria escola. Como monografia e planejamento são atividades distintas, as escolas de comunicação, para se adequarem à legislação, criaram mecanismos e teceram as suas próprias definições.

Os conceitos de Monografia, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e Projeto Experimental são usados de maneiras diversas; entretanto, um conceito se mistura ao outro. Segundo Freitas (1997) apesar desse contexto, cada termo possui características distintas para a habilitação em Relações Públicas.

Monografia, para o nível de graduação, refere-se a um trabalho individual de pesquisa científica, portanto de teor mais teórico, sobre apenas um determinado assunto, para demonstrar a pesquisa científica com maior profundidade e as reflexões realizadas pelo aluno.

Trabalho de Conclusão de Curso ou TCC, é voltado e avaliado exclusivamente para e pela academia, como finalização do curso e o resultado do trabalho de pesquisa deve emergir das disciplinas cursadas e deve refletir o aprendizado do aluno durante todo o curso. O TCC é desenvolvido como uma monografia, mas sem ter necessariamente a mesma profundidade.

Já o *Projeto Experimental* para Relações Públicas, enquanto planejamento, visa ao mercado e apresenta uma produção teórico-prática, realizada para um cliente real. Na maioria das vezes é um trabalho de equipe, em que os alunos irão desenvolver, com base em técnicas e métodos científicos, um plano de Relações Públicas adaptado às necessidades da organização escolhida.

O Projeto experimental proporciona uma aproximação com o mercado de trabalho e amplia a visão sobre as possibilidades de atuação do profissional de comunicação. Segundo Oliveira (2003, p.206), em um levantamento realizado na PUC de Campinas,

[...] verificamos projetos confeccionados para hospitais, sindicatos, entidades sociais, entidades ambientais, prefeituras, sub-prefeituras, secretarias, delegacias, sub-delegacias de trabalho, câmaras municipais, escolas, concessionárias de veículos, padarias, cemitérios, salões de cabeleireiros, supermercados, hipermercados, lojas de calçados, redes de farmácias, orquestra sinfônica, museus, agremiações recreativas, esportivas e de escolas de samba, clubes esportivos, haras, academias de mergulho, de pára-queda, de kung-fú, de ginástica, museus, jornais, redes de veículos de comunicação, bancos [...]



A lista é extensa e, só por esta pequena amostra, pode-se perceber a variedade e diversidade das organizações que oferecem oportunidades para o desenvolvimento de Projetos Experimentais, destacando-se tanto as do primeiro, segundo e também as do terceiro setor.

Entre as limitações levantadas para a realização dos Projetos Experimentais, a autora aponta a dificuldade de entrosamento entre os componentes da equipe e a que se refere à seleção de clientes.

Os Projetos Experimentais são desenvolvidos em equipes e, muitas vezes, a falta de comprometimento dos seus integrantes pode interferir na qualidade do Projeto.

Quanto às organizações, muitas delas não têm certeza dos benefícios que o projeto pode gerar, o que dificulta a liberação de informações aos alunos. Algumas organizações têm a crença de que se trata de uma atividade mais teórica, por ser realizada em ambiente acadêmico, e temem que informações importantes possam ser divulgadas para a concorrência.

Para Marchiori (2003), a prática também deve estar atrelada à teoria, mas questiona-se se “[...] os alunos encaram esta fase final com responsabilidade, pois eles estão contribuindo decisivamente para a formação da visão das Relações Públicas no mercado.” O Projeto Experimental não é apenas mais uma etapa para a conclusão dos curso de graduação, mas também uma “vitrine” e “balcão de degustação” para as organizações aprenderem o conceito de Relações Públicas e valorizar o profissional.

A autora defende também que o projeto deve ser apresentado formalmente para o cliente, assim como deveria ser compartilhado com os outros alunos, para divulgar as contribuições que o projeto experimental trouxe para cada um de seus integrantes. No primeiro caso, é uma oportunidade para as organizações entenderem a abrangência e as etapas para a implantação de um projeto de relações públicas. Para os alunos, seria a oportunidade de dividir as experiências e vivências da prática profissional.

Não resta dúvida quanto a importância e o impacto do Projeto Experimental para o aluno e para as organizações envolvidas, cabendo à Universidade, através de seu corpo docente, estimular a prática e a reflexão sobre as ações dos projetos para a comunidade acadêmica.

Para aprofundar o debate sobre estas questões, destaca-se, na seqüência, o resultado de uma pesquisa realizada com um grupo de professores que atuam em Cursos de Relações Públicas reconhecidos pela prática que possuem em ensino e pesquisa.



II- Pesquisa desenvolvida com docentes que trabalham nos Cursos de Relações Públicas

Levando-se em conta os objetivos traçados para este estudo que se referem a:

- *efetuar um levantamento de informações junto a um grupo seletivo de docentes, com formação na área, com destacada atuação nos cursos de Relações Públicas;*
- *caracterizar os informantes no cotidiano da sua prática acadêmica;*
- *levantar informações sobre o processo de orientação dos trabalhos de pesquisa desenvolvidos ao final do curso*

Os autores, professores e pesquisadores do Curso de Relações Públicas da Universidade do Sagrado Coração, consideraram importante para a realização deste estudo, estabelecer contatos com docentes de outras universidades/faculdades, os quais tivessem interesse em participar do processo de levantamento de informações, que está configurado como uma pesquisa de caráter qualitativo. Dessa maneira, elaborou-se um instrumento de pesquisa contendo 23(vinte e três) questões, sendo encaminhado aos docentes que atuam nos cursos de Relações Públicas e orientam os trabalhos de pesquisa no final do curso. Para o processo de identificação e seleção dos participantes considerou-se a prática em ensino e pesquisa e a participação no Núcleo de Pesquisa Relações Públicas e Comunicação Organizacional, nos últimos cinco anos. A partir dessa definição, o instrumento de pesquisa foi encaminhado via e-mail aos destinatários.

Participaram dessa pesquisa 16(dezesseis) docentes. Com o retorno das respostas dos participantes pôde-se iniciar a sistematização das informações. Nessa etapa, os autores contaram com a colaboração da acadêmica de Relações Públicas da USC e Monitora da disciplina Métodos e Técnicas da Pesquisa em Comunicação II, Janaina Pacheco.

Destacam-se a seguir **resultados obtidos com a pesquisa**, os quais encontram-se demonstrados em dois blocos para melhor entendimento e visualização.

BLOCO I – CARACTERIZAÇÃO DO (A) INFORMANTE/ATIVIDADE DE DOCÊNCIA



A primeira parte do instrumento de pesquisa, composta de 10 (dez) questões, traça o perfil dos participantes em relação a sua atividade docente. Primeiramente, apresentam-se os principais aspectos levantados e, a seguir, os comentários pertinentes.

- **Sexo dos participantes:** 75% (feminino) e 25% (masculino);
- **Instituição em que atuam:** 63% (universidades do setor privado); 21% (universidades do setor público) e 16% (faculdades do setor privado);
- **Região onde está localizada a universidade/faculdade dos participantes:** 62,5 % (região sudeste); 31,3% (região sul) e 6,2% (região nordeste);
- **Tempo de atuação no ensino superior:** 44,0% (mais de 15 a 20 anos); 44% (mais de 5 a 15 anos) e 12% (até 5 anos);
- **Área de atuação:** 50% (Relações Públicas); 18,7% (Jornalismo); 12,5% (Publicidade e Propaganda) e 18,8% (áreas afins);
- **Formação na Pós-graduação:** 40% (concluiu doutorado); 24% (concluiu mestrado); 24% (especialistas); 8% (cursando mestrado) e 4% (cursando doutorado);
- **Experiência profissional atual:** 52% (atua na docência e participa de grupos de pesquisa/ grupos de estudo); 30% (atua como docente e desenvolve atividades de assessoria/consultoria); 11% (atua na docência e em outras áreas: administração de empresas, direção de curso de comunicação social e nas atividades do conferp, pesquisa de mercado etc...) e 7% (atua somente na docência);
- **Cursos em que os pesquisados atuam na graduação:** 41% (Relações Públicas); 20,5% (Publicidade e Propaganda); 20,5% (outros cursos) e 14,7% (Jornalismo);
- **Se os pesquisados atuam na Pós-Graduação:** 56,3% (destacaram que atuam em cursos de pós-graduação) e 43,7% (afirmaram que não trabalham com a pós);
- **Disciplinas em que trabalham na graduação:** 37,5% (Teoria e Pesquisa de Opinião Pública); 31% (Comunicação empresarial/comunicação organizacional); 31% (Orientação Monográfica); 25% (Teoria e Método da Pesquisa em Comunicação); 19% (Projetos Experimentais); 19% (Trabalhos de conclusão de curso) e 19% (Planejamento de Relações Públicas/Planejamento de Comunicação);



Comentários sobre os resultados do 1º bloco de questões:

Os resultados revelam que a maioria dos participantes da pesquisa é do sexo feminino, o que corresponde à realidade do contexto nacional: os cursos de Relações Públicas têm um efetivo maior de profissionais do sexo feminino atuando na docência.

É importante destacar que os participantes da pesquisa atuam nos Cursos de Relações Públicas com tradição em ensino e pesquisa, localizados nas regiões Sul e Sudeste, trabalham em instituições do setor privado (63,0%), sendo que a maioria (44,0%) tem experiência docente em período superior de 15 a 20 anos. É um cenário importante e contribui para avaliar, de forma positiva, as condições em que se processa o ensino-aprendizagem nos cursos em que atuam os pesquisados. Ressalta-se que 50% dos participantes da pesquisa têm formação na área de Relações Públicas – informação de extrema relevância e que agrega valor positivo a outros aspectos levantados na pesquisa.

Apesar da maioria trabalhar em instituições do ensino privado, nas quais as atividades dos docentes são caracterizadas como “professores horistas”, 40% dos pesquisados concluíram doutorado e 24% o mestrado. Esses dados reforçam mais uma vez nosso posicionamento de que, para este estudo selecionou-se um grupo de professores que têm experiência como pesquisadores. É importante destacar, segundo informações dos participantes, que os programas de pós-graduação escolhidos para complementação de seus estudos, são das áreas de comunicação, administração, educação e marketing.

Outro aspecto interessante levantado na pesquisa refere-se à participação de 52% dos docentes em grupos de pesquisa/ grupos de estudo, enquanto outros 30% atuam como docentes e desenvolvem atividades de assessoria/consultoria. Ou seja, mesmo trabalhando na condição de professores horistas, os profissionais cursaram e/ou estão cursando pós-graduação e também compartilham suas experiências nos grupos de estudo/grupos de pesquisa. Essa condição valoriza a atividade de docência na graduação, ao mesmo tempo em que coloca em destaque o curso e a área de Relações Públicas.

Já no que concerne à atuação específica nos Cursos de Relações Públicas, 41,0% dos pesquisados informaram direcionar suas atividades exclusivamente para essa habilitação. Isso significa um salto de qualidade para os cursos cujos profissionais têm



esse perfil, uma vez que, mesmo sendo professores horistas, é possível obter comprometimento com as questões específicas da área.

Um outro aspecto vem reforçar nosso posicionamento em relação ao grupo de professores que participou da pesquisa: trata-se do envolvimento de 56,3% dos pesquisados na docência de cursos de pós-graduação, enriquecendo a prática de pesquisa, fortalecendo esse processo na graduação e agregando valor à habilitação que possui profissionais com essas características.

BLOCO II – SOBRE OS PROJETOS EXPERIMENTAIS/MONOGRAFIAS/TCC'S DO CURSO DE RELAÇÕES PÚBLICAS

As respostas às questões constantes deste bloco têm relação direta com o objetivo central deste estudo, uma vez que referem-se exclusivamente à natureza, dinâmica e critérios adotados, em relação aos trabalhos de pesquisa desenvolvidos pelos acadêmicos no final do curso, sob a ótica dos docentes pesquisados, orientadores dessa prática. Dessa maneira, em primeiro lugar apresentam-se os resultados de forma agrupada e, na seqüência, os comentários pertinentes.

- **Natureza dos trabalhos no final do curso:** 47% (Monografia); 42% (Projetos Experimentais) e 11% (Trabalhos de Conclusão de Curso);
- **Características dos trabalhos:** 78% (trabalhos teórico-práticos); 11% (trabalhos teóricos) e 11% (trabalhos práticos);
- **Em relação ao processo de orientação:** 44% (o curso já tem definição de linhas de pesquisa com os respectivos professores: os alunos indicam os orientadores por meio desse processo); 37,5% (o curso não tem definição de linhas de pesquisa e os professores orientam de acordo com as habilidades profissionais que desenvolvem nas disciplinas da graduação); 12,5% (o curso não tem definição de linhas de pesquisa e os professores orientam os trabalhos independente do tema a ser trabalhado pelo aluno) e 6% (outro processo);
- **Como os trabalhos são desenvolvidos:** 43,8% (individualmente e em grupo); 37,5% (apenas individualmente) e 18,7% (apenas em grupo);
- **Disciplina em que se inicia o processo de elaboração do Projeto de Pesquisa:** 44,0% (Teoria e Método da Pesquisa em Comunicação/Metodologia da Pesquisa); 25% (Monografia I/Projeto Experimental I) e 31,0% (Planejamento II, Pesquisa em RP II, Estágio I e Gestão Estratégica de RP);



- **Sobre o processo de orientação:** 61% (os alunos têm um único orientador); 22% (existe uma dinâmica no curso que possibilita ao aluno buscar orientação com professores de disciplinas específicas) e 17% (outro processo);
- **Duração total do processo de desenvolvimento do trabalho:** 81% (dois semestres) e 19% (um semestre);
- **Temas trabalhados pelos acadêmicos últimos três anos:** 53% (temas trabalhando as diferentes interfaces e utilização da Comunicação Empresarial); 16% (Marketing); 13% (Terceiro Setor e Responsabilidade Social); 10% (Comunicação Governamental/Pública) e 8% (outros temas);
- **Temas trabalhados em 2004:** 43% (diferentes abordagens referentes às práticas das funções e instrumentos de Relações Públicas); 20% (Comunicação empresarial); 20% (Marketing); 11,5% (Responsabilidade Social) e 5,5% (Governamental);
- **Livros mais indicados em 2004:** 42% (Relações Públicas); 20% (áreas afins); 14% (Comunicação Empresarial); 14% (Terceiro Setor e Responsabilidade Social) e 10% (Marketing);
- **Se as organizações/entidades têm aberto espaço para desenvolvimento dos trabalhos dos alunos:** 93% dos pesquisados assinalaram positivamente.

Comentários sobre os resultados do 2º bloco de questões:

Conforme já mencionado, as manifestações dos docentes participantes da pesquisa, especialmente neste bloco, apresentam informações relevantes para o estudo desenvolvido, uma vez que o objetivo principal refere-se ao levantamento de informações sobre o processo de orientação dos trabalhos de pesquisa desenvolvidos ao final do curso. Assim, na seqüência, destacam-se os principais aspectos abordados pelos pesquisados.

No que diz respeito à natureza dos trabalhos desenvolvidos, os participantes da pesquisa assim se posicionaram: 47% afirmaram que são trabalhos Monográficos, 42% apontaram que se tratam de Projetos Experimentais e apenas 11,1% denominam como Trabalhos de Conclusão de Curso. Pode-se inferir que existe uma polarização entre os termos Projeto Experimental e Monografias.

Outro aspecto interessante refere-se ao seguinte: pelo levantamento de informações efetuado em nosso estudo, Monografias e TCCs são pesquisas teóricas, enquanto Projetos Experimentais são trabalhos que têm caráter teórico-prático.



Entretanto, para a grande maioria dos docentes (78,0%) os trabalhos tem caráter teórico-prático, independente do termo utilizado. Poucos são exclusivamente teóricos ou apenas práticos.

Especificamente no que se refere ao processo de orientação, para 44% dos participantes da pesquisa *o curso já tem definição de linhas de pesquisa com os respectivos professores e os alunos indicam os orientadores através desse processo*. Enquanto que, para 37,5% dos pesquisados *o curso não tem definição de linhas de pesquisa e os professores orientam de acordo com as habilidades profissionais que desenvolvem nas disciplinas da graduação*. Se levarmos em consideração que os docentes são professores horistas e atuam em instituições do setor privado, fica extremamente difícil definir e manter linhas de pesquisa específicas. Entretanto, pode-se inferir que a prática de orientação, de acordo com os pesquisados, vem atendendo às expectativas e necessidades dos acadêmicos.

Em se tratando da dinâmica de desenvolvimento dos trabalhos, a maioria (43,8%) afirmou que os alunos trabalham individualmente e/ou em grupo. 37,5% dos pesquisados informaram que esse processo se dá apenas individualmente. Naqueles cujas atividades são desenvolvidas em grupo, a quantidade de participantes, segundo os informantes varia de 5 a 6 alunos.

Quanto ao início do processo de orientação dos trabalhos, 44,0% destacaram que ocorre na disciplina *Teoria e Método de Pesquisa em Comunicação/Metodologia da Pesquisa*. Enquanto 25% afirmaram que o início da orientação dá-se em *Monografia I/Projeto Experimental I* e 31,0% apontaram as disciplinas *Planejamento II, Pesquisa em RP II, Estágio I e Gestão Estratégica de RP*. Tais resultados revelam a importância desse processo ocorrer em disciplinas que preparam o acadêmico para iniciar trabalhos de pesquisa científica. Daí a importância dos docentes os quais trabalham com essas disciplinas incentivarem, cada vez mais, a interrelação da teoria com a prática, na medida em que a busca de informações, independente de acontecer no âmbito organizacional, ou em grupos organizados da sociedade, possibilite ao investigador refletir e realimentar a teoria base para o estudo.

Sobre a orientação propriamente dita dos trabalhos desenvolvidos no final do curso, 61% dos pesquisados destacaram que os alunos têm um único orientador nesse processo; entretanto, na elaboração do Projeto de Pesquisa e levantamento de informações sobre o tema, que ocorrem em outras disciplinas, existe a participação de outros docentes.



Já em relação à duração do processo de desenvolvimento do trabalho, compreendendo a elaboração do Projeto de Pesquisa, levantamento de informações e estruturação propriamente dita, 81,0% dos pesquisados informaram que isso ocorre em dois semestres, o que ratifica comentários anteriores sobre a natureza dos trabalhos – estes têm caráter teórico-prático, justificando assim o período para sua execução.

No que diz respeito aos temas trabalhados pelos alunos, os docentes informaram que: 53% referem-se às diferentes abordagens do processo de comunicação empresarial; enquanto 16% são direcionados para a área de Marketing; 13% para o Terceiro Setor/Responsabilidade Social e 10% para temas referentes à área Governamental. Se levarmos em conta que a literatura disponível da área de Relações Públicas historicamente tem priorizado a atuação do profissional no setor privado, apesar do novo contexto que também tem aberto espaço nos primeiro e terceiro setores, esse interesse dos acadêmicos em desenvolver trabalhos abordando temas da comunicação empresarial se justifica, aliado também ao fato de esse ser o espaço de trabalho já consolidado e reconhecido.

O contexto acima referenciado está também confirmado nos temas trabalhados pelos acadêmicos em 2004, porém, apresentando algumas alterações nas preferências, na medida em que, apesar de 43% terem indicado “outros”, como temas de interesse dos alunos, estes, ao serem especificados, tiveram como objeto de estudo, organizações do setor privado. Já 20% afirmaram ser o interesse dos alunos pela área de comunicação empresarial e outros 20% para Marketing. Complementando, 11,5% dos pesquisados apontaram a temática da Responsabilidade Social e 5,5% temas relacionados à área Governamental.

Quanto à bibliografia indicada pelos docentes pesquisados em 2004, destaca-se o seguinte: 42% referem-se à literatura específica de Relações Públicas, sendo os autores mais utilizados Margarida Maria K. Kunsch, Roberto Porto Simões, Waldyr G. Fortes e aqueles que têm apresentado trabalhos nos congressos da INTERCOM e ALAIC. 20% indicaram autores que abordam diferentes temas, 14% apontaram autores os quais trabalham a temática da Comunicação Empresarial, outros 14% Responsabilidade Social e Terceiro Setor e 10% destacaram a área de Marketing. Considerando os pesquisados, em sua maioria, atuantes na área de Relações Públicas, é natural a indicação e valorização de autores que vêm trabalhando esse tema na literatura.

De modo geral, segundo os pesquisados, as organizações/entidades têm aberto espaço para desenvolvimento dos trabalhos dos alunos, destacando-se que 45% são



organizações do setor privado; 33% setor público e 22% do terceiro setor. Mais uma vez, as preferências dos acadêmicos recaem sobre o setor produtivo.

Os participantes da pesquisa também abordaram aspectos referentes às principais carências teóricas da área. As manifestações dos docentes referem-se à falta de literatura para abordar as teorias atuais da comunicação e as teorias da área específica de relações públicas; falta de suporte teórico, ou seja, mais profundidade teórica: os livros da área tendem apenas a abordar casos (relatos) com pouca análise; necessidade de mais referências bibliográficas disponíveis nas bibliotecas universitárias; falta de obras específicas, mesmo de traduções: os alunos acabam repetindo bibliografia ou buscando referências na área de administração.

Considerações Finais

Para o desenvolvimento deste estudo definiu-se como objetivo principal efetuar levantamento de informações junto a um grupo de docentes, com formação na área e destacada atuação nos cursos de Relações Públicas.

O interesse e participação dos professores que compõem o *corpus* desta pesquisa possibilitou caracterizá-los em sua prática acadêmica, independente dos cursos nos quais atuam. Pôde-se, também, sistematizar e analisar as informações obtidas referentes à prática de orientação dos trabalhos de pesquisa desenvolvidos pelos acadêmicos ao final do curso.

Pelos resultados, pode-se inferir que, de modo geral, independente da terminologia utilizada nos cursos, os trabalhos de pesquisa dos alunos representam as possibilidades de atuação do profissional de Relações Públicas nos diferentes setores da sociedade, destacando-se na pesquisa que as preferências dos alunos têm recaído sobre a área do setor produtivo. Entretanto, existe interesse dos acadêmicos pelo desenvolvimento de pesquisas em setores menos explorados pela literatura – o público e o terceiro setor, considerados espaços importantes para atuação do profissional.

Com base no exposto, destaca-se a seguinte reflexão de Kunsch (2003, p.61):

Inserir-se e saber conviver numa sociedade cada vez mais complexa e paradoxal que se configura sob os efeitos provocados pelos fenômenos da globalização, da revolução tecnológica da informação e da modernidade será sempre um desafio constante a ser enfrentado por todos os cidadãos e profissionais de qualquer área profissional e de conhecimento, não só das Relações Públicas e da Comunicação Social.



Esta deve ser a preocupação daqueles que atuam no ensino. O interesse de pesquisadores da área pela temática do ensino têm destacado e valorizado os diferentes aspectos que permeiam essas questões. São profissionais que estão pesquisando, gerando novas informações e têm comprometimento com as questões afetas às Relações Públicas, como os estudiosos mencionados neste estudo e os docentes que participaram da pesquisa, colaborando para a sua efetivação.

Referências bibliográficas

- BRANDÃO, Elizabeth Pazito. **O desafio das relações públicas no Brasil**. Artigo publicado na Revista Comunicação: discursos, práticas e tendências. Autores: Barros, A.; Duarte, J.; Martinez, R. (orgs.). Ed. Rideel/Uniceub, Brasília/DF, 2001.
- FRANÇA, Fabio; FERRARI, Maria Aparecida; TONDATO, Márcia. **Resultados preliminares de pesquisa sobre o estado da arte do ensino de relações públicas no Brasil**. Estudos de Jornalismo e Relações Públicas. São Bernardo do Campo, v.2, p.41-56, 2003.
- FREITAS, Sidinéia Gomes. **Manual da qualidade em projetos de comunicação** / Sidinéia Gomes Freitas e Fábio França. São Paulo: Pioneira, 1997.
- KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Pesquisa brasileira de comunicação: os desafios dos anos 90**. Revista Brasileira de Comunicação – INTERCO, vol. XVI. Nº 2, p. 44-65, julho/dezembro de 1993.
- KUNSCH, Margarida Maria K. **Propostas pedagógicas para o Curso de Relações Públicas**. In: Retrato do Ensino de Comunicação no Brasil. Cicília Maria Krohling Peruzzo, Robson Bastos da Silva, organizadores. São Paulo: INTERCOM, Taubaté: UNITAU, p. 45-62, 2003.
- LAKATOS, Eva Maria e Marconi, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 4.ed., São Paulo, Atlas, 1990.
- MARCHIORI, Marlene Regina. Projeto **Experimental e Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Públicas**. In: Retrato do Ensino em Comunicação no Brasil. Cicília Maria Krohling Peruzzo, Robson Bastos da Silva, organizadores. São Paulo: INTERCOM, Taubaté: UNITAU, p. 225-231, 2003.
- MOURA, Cláudia Peixoto de Moura. **O currículo de graduação para a área de Relações Públicas**. Comunicação apresentada ao GT de Relações Públicas, da Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, no XXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 2 a 6 de setembro de 2000, na Universidade do Amazonas, Manaus.
- OLIVEIRA, Maria José da Costa. **Projeto Experimental em Relações Públicas: teoria e prática na formação profissional**. In: Retrato do Ensino em Comunicação no Brasil. Cicília Maria Krohling Peruzzo, Robson Bastos da Silva, organizadores. São Paulo: INTERCOM, Taubaté: UNITAU, p. 205-213, 2003.

Documentos eletrônicos

www.eca.usp.br/alaic/boletim1/kunsch

www.abrpsaopaulo.com.br/guiabrasileiro/legislacao/federal/parlamentonacional.htm

[m](#)